

Representações da emigração no dia 10 de Junho: dia de Portugal, de Camões e das comunidades portuguesas. Dois textos e uma pergunta.

Martina Matozzi¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo traçar uma reflexão sobre o dia 10 de Junho a partir da análise de dois escritos que se referem diretamente ao feriado e que servirão também de auxílio para uma contextualização da sua história. Os textos são o discurso proferido em 1977 por Ramalho Eanes, então Presidente da República, em ocasião das reassumidas celebrações depois do 25 de Abril, e o livro de António Cravo, *O 10 de Junho. Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas e o seu significado*, publicado em 1998. Tendo como base algumas referências dos *Diaspora Studies*, bem como as considerações de um ensaio de Eduardo Lourenço, escrito em 1977, intitulado “A emigração como mito e os mitos da emigração”, a reflexão aqui proposta tenciona interrogar a representação da emigração portuguesa no dia desta celebração a partir do presente, isto é, tendo em conta que Portugal é hoje um país de emigração numa contemporaneidade pós-imperial, pós-colonial e europeia.

Palavras-chave: 10 de Junho; emigração portuguesa; contemporaneidade.

Introdução

O principal objetivo deste trabalho é traçar uma reflexão sobre o 10 de Junho a partir da análise de duas fontes textuais que se referem diretamente a esse dia e que servirão também de auxílio para uma contextualização da sua história. Na base da análise proposta estão o pensamento e a redefinição teórica do conceito de diáspora, pensado a partir do contexto transmigratório contemporâneo, bem como as considerações de um ensaio de Eduardo Lourenço sobre o fenómeno migratório português escrito em 1977 e intitulado “A emigração como mito e os mitos da emigração” (2013a: 118-126).

¹ Doutoranda da 1ª edição do programa de doutoramento “Patrimónios de Influência Portuguesa”, do Centro de Estudos Sociais e do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra: <http://www.patrimonios.pt/alunos-2/>

A interpretação aqui proposta resulta de uma leitura que advém do contexto a partir do qual se interpretam os dois textos, isto é o de um país que atravessa uma contemporaneidade pós-imperial, pós-colonial e europeia.

Analisarei primeiro o discurso oficial proferido por Ramalho Eanes em 1977, ano das reassumidas comemorações do dia 10 de Junho depois do 25 de Abril de 1974 e a que se refere Eduardo Lourenço no ensaio supracitado. A seguir, analisarei o livro de António Cravo, escrito em 1998 e intitulado *O 10 de Junho. Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas e o seu significado*.

O 10 de Junho em 1977: um feriado “reciclado”²

Portugal, com o fim da ditadura e a perda do império acabava, em 1974, de regressar à Europa, atravessando um momento de grandes transformações políticas, culturais e sociais, em que o país se encontrava perante um processo de incipiente reinvenção identitária e repensamento do próprio passado.

Para alguns tratava-se de um “motivo de condenação”, como afirmava Ramalho Eanes no discurso proferido na cidade da Guarda, chamada “capital da emigração” em ocasião das comemorações do 10 de Junho daquele ano. Para outros, dizia o Presidente da República, também representava o declínio de uma pátria “[...] quase milenária”, de um império “[...] mais sonhado que feito [...]” (Eanes, 1977: 4). É, portanto, uma conjuntura de “crise de identidade” (Eanes, 1977: 4), de reformulação e de mudança, a estar patente no discurso pronunciado em 1977 por Ramalho Eanes, afirmando o seu autor que, com o regresso à Europa, findava um “[...] um ciclo importante da vida portuguesa.” (1977: 4).

Abafado nos primeiros anos pela pujança das comemorações do 25 de Abril, o 10 de Junho foi “reciclado” em 1977 (Andrade e Torgal, 2012: 132; Andrade, 2001: 20), ano em que, efetivamente, adquiriu um novo nome e uma nova imagem.³ Onde, durante o Estado Novo, a serem celebradas foram a “raça”, representada pelo seu “génio” Luís

² A expressão é retirada de um subcapítulo do estudo de Luís Oliveira Andrade e Luís Reis Torgal, intitulado *Feriados em Portugal: “A reciclagem do 10 de Junho e o 25 de Abril como ‘Dia da Liberdade’”* (Andrade e Torgal, 2012: 132). Este termo já tinha sido usado por Luís Oliveira Andrade (2001: 20), intitulado *História e Memória. A Restauração de 1640 do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*.

³ O dia 10 de Junho continua a ser considerado feriado nacional, mas nos primeiros anos pós-25 de Abril é um feriado respeitado, mas não celebrado com manifestações públicas (Andrade e Torgal, 2012: 132).

de Camões – exemplo máximo de glorificação do império – a partir de 1977 aparecem “[...] Camões, já não tanto epopeia, mas essencialmente língua e, definitivamente, não o Império, mas as Comunidades lusitanas da diáspora.” (Andrade, 2001: 20).

Não por acaso, a necessidade de uma redefinição da ideia de pátria é manifesta no discurso de Ramalho Eanes, que apelava para a projeção das comunidades portuguesas no mundo. Será importante então notar que naquele momento estas ainda careciam de um reconhecimento oficial, mas já há alguns anos eram identificadas com a designação acima indicada de comunidades portuguesas.⁴ Como ilustra o historiador Victor Pereira, esta denominação tinha começado a ser usada sobretudo a partir dos anos 60. Antes, além da designação de “emigrantes”, para representar os portugueses que vivam além das fronteiras nacionais, eram usadas expressões como “portugueses no mundo” ou “colónias portuguesas” (Pereira, 2015: 24).

Consequentemente, da mesma forma que, a certa altura, as “colónias” se tornaram “províncias ultramarinas”, a mudança de nomenclatura de “colónias” para “comunidades portuguesas” surgiu durante o Estado Novo, aquando da redefinição semântica que se deu a partir da morte do Marechal Carmona, em 1951 (Pereira, 2015: 24-25). Esta designação terá sido escolhida em 1977 para redefinir o significado da celebração do 10 de Junho e a partir dela Ramalho Eanes identificava a exigência de uma possível redefinição da ideia de pátria:

Libertos da angústia colectiva que as grandes fracturas da história geram no inconsciente dos povos, redefiniremos na base das comunidades lusíadas um novo conceito de povo e de pátria. São os homens e não só os territórios que definem os povos. E a cultura e o desempenho comum de construir um futuro solidário que em cada momento fazem as pátrias. A recuperação da identidade nacional e o relançamento de um projecto universalista de um povo que ultrapassa os limites do seu próprio território pressupõe, naturalmente, a superação dos problemas e das dificuldades com que nos debatemos. (Eanes, 1977: 4)

⁴ O Conselho das Comunidades Portuguesas como órgão consultivo do governo e representativo dos portugueses no estrangeiro foi criado em 1980. Em 1974 formou-se a Secretaria de Estado da Emigração que tinha entre os seus objetivos o do apoio às comunidades (Santos, 2004).

A nova ideia de nação que se ia formando no pós 25 de Abril e que o então Presidente da República divulgou no dia da celebração, fundava-se, portanto, numa imagem exterior à das fronteiras nacionais. Tratava-se, de facto, de uma projeção geográfica desta vez não dos territórios que fizeram parte do império, mas das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, como prolongamento de um projeto universalista:

O nosso futuro não depende agora das questões menores da conjuntura e da especulação políticas, mas sim do poder de realização do projecto universalista que foi o dos nossos antepassados e que há-de continuar a ser nosso no quadro de relações que em quinhentos sonhámos estabelecer com todo o mundo. A coesão das Comunidades Portuguesas à volta dos valores da nossa cultura e dos objectivos que constituem o nosso projecto de sociedade, há-de permitirmos encontrar a solução dos problemas que urge resolver. (Eanes, 1977: 5)

No seu discurso Ramalho Eanes quis sobretudo reforçar a coesão das comunidades portuguesas e promover o desenvolvimento das regiões do interior do país. Todavia, a figura, a importância e a reabilitação da imagem de Camões não ficou silenciada. A incumbência de reabilitação do vate protagonizou os discursos, pronunciados no mesmo dia, de Vergílio Ferreira e de Jorge de Sena, que propunham novas leituras da obra incontornável do poeta. Nas palavras de Jorge de Sena, por exemplo, tratava-se de restituir a Portugal um Camões “[...] diferente do que tinham feito dele: [...] em tudo um homem do nosso tempo, que poderia juntar-se ao espírito da revolução de Abril de 1974.” (Ferreira *et al.*, 1983: 27). Mas o então presidente da República também se debruçou sobre Camões, afirmando a importância geográfica e épica da vida e da obra do poeta:

Camões não é apenas um dos escritores maiores da língua em que se exprime uma grande parcela da humanidade. A sua vida e a sua obra são a síntese admirável das vicissitudes, da grandeza, do génio com que nos afirmamos como Nação e o exemplo da aventura e do desprendimento com que nos lançamos na tarefa de abrir, aos povos da Terra, os caminhos do seu mútuo conhecimento. (Eanes, 1977: 4)

O que o então presidente da República solicitou foi principalmente uma reflexão orientada para uma reformulação identitária, propondo, na conclusão do seu discurso, novas soluções para a recuperação económica e social que Portugal teria de levar a cabo no seu futuro imediato. Neste âmbito, o exemplo do sucesso dos trabalhadores emigrantes foi usado para demonstrar que o país teria a capacidade de resolver os problemas económicos que se encontrava a atravessar. Isto teria acontecido graças à determinação da sua população além fronteiras, como parece evidente na frase “A emigração teve o mérito de demonstrar que possuímos a condição mais importante para a edificação de uma economia próspera.” (Eanes, 1977: 5).

Em suma, com o fim da ditadura as comemorações do dia 10 de Junho voltaram a ser celebradas em 1977, na tentativa de atribuir uma nova imagem a este feriado nacional: mantém-se a imagem, agora reformulada, de Camões, enquanto a “raça” é substituída pela imagem e a amplitude das comunidades portuguesas.

Esta celebração tem, todavia, uma origem longínqua, que recua aos primeiros ímpetus republicanos, ainda durante a monarquia, com a celebração do terceiro centenário da morte do vate, em 1880. A análise do texto que se segue ajudará a aprofundar a contextualização da sua história.

O 10 de Junho: uma explicação possível

O livro *O 10 de Junho. Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas e o seu significado*, de António Cravo, tem como propósito explicar o sentido deste feriado. A sua publicação resulta de uma conferência proferida em Paris, pelo autor, a 10 de junho de 1995, na Associação Cultural dos Trabalhadores Portugueses. Em papel, o discurso foi publicado na capital francesa pelas Editions *Lusophone* e concomitantemente no Porto, em 1998. Aqui António Cravo percorre a história deste dia, tendo como base argumentativa dois grandes símbolos da nação: a língua e Camões.

Objetivo principal do livro – num momento em que, como denuncia o autor do prefácio José Carlos Janela Antunes, ainda faltavam estruturas que proporcionassem a aprendizagem da língua e da cultura portuguesa no seio das comunidades emigrantes

– é divulgar mais informação sobre um dia que pode unir duas extremidades, isto é, Portugal e as comunidades portuguesas, numa comunidade lusófona (*apud* Cravo, 1998: 8-10). Ainda no prefácio, é possível ler que o público a que se destina o texto é principalmente o das “[...] pessoas simples das comunidades portuguesas” (*apud* Cravo, 1998: 5). A sua estrutura integra um grande capítulo intitulado *O dia 10 de Junho e o seu significado*, dividido em várias secções que passo a analisar.⁵

Na primeira secção, que é a *Introdução* do livro, o autor define o 10 de Junho: “Este dia, tal como hoje o celebramos, foi escolhido sob o signo da Língua, da Poesia e do Emigrante que tem como berço de origem o nosso País.” (Cravo, 1998: 11). Na segunda secção, intitulada *A Língua Portuguesa na Formação de Portugal*, o autor percorre a história da língua portuguesa definindo com as seguintes palavras o peso que esta tem na História do país: “A nossa língua é com efeito o símbolo e o reflexo da História de um povo forjado por sucessivas camadas étnicas e civilizacionais e que pouco a pouco se soube construir na Nação Portuguesa, situada nos confins deste Continente.” (Cravo, 1998: 12).

Na terceira secção, *A Poesia, o Camões e a Pátria Portuguesa*, o autor explora o percurso biográfico de Luís de Camões, destacando alguns dos grandes acontecimentos da História dos Descobrimentos até chegar ao período de decadência, iniciado em 1580, data da morte de Camões. Na quarta secção, intitulada *Camões no advento da República Portuguesa*, o autor apresenta notícias sobre o culto de Camões e o estudo da obra do poeta.

Parece então necessário acrescentar algumas informações sobre este dia, na tentativa de complementar os conhecimentos fornecidos no texto em análise. Foi sobretudo a partir de meados de 1800, como também sublinha António Cravo (1998: 22-24), que a figura de Camões começou a ser enaltecida e celebrada como maior representante de Portugal, da sua memória e identidade. Em 1867, por exemplo, foi inaugurada no Chiado a primeira estátua pública em sua honra e foi posta uma lápide na que é considerada a sua casa natal, na atual Calçada de Santana da mesma cidade

⁵ Fazem parte do livro também uma nota cronológica (Cravo, 1998: 37) e uma reflexão sobre a origem dos termos Luso e Lusitanos (Cravo, 1998: 37) que não serão aqui analisadas.

(Cravo, 1998: 23-24). Em 1894 foi dada uma sepultura condigna ao poeta, no mosteiro dos Jerónimos (Cravo, 1998: 23).

Mas o acontecimento mais relevante é, sem dúvida, a celebração do terceiro centenário da morte do poeta, em 1880, que nas palavras de Luís Oliveira Andrade e Luís Reis Torgal representou “[...] uma revivescência nacional para uma nacionalidade decaída [...]” (2012: 37). A iniciativa foi ideada principalmente pelos representantes do movimento republicano, ainda em plena monarquia, e Camões revelava ser, no contexto de crise finissecular que Portugal vivia naquela altura, a personagem mais digna para representar e regenerar a nacionalidade portuguesa (João, 2002: 52). A sua obra prima, efetivamente, cantava o facto histórico mais emblemático e enaltecendor da imagem de Portugal no mundo, não escondendo também uma reflexão profunda sobre os “[...] momentos mais graves da crise da nação” (João, 2002: 52), que acabavam por encontrar um paralelismo com a crise portuguesa no ano da comemoração, podendo assim a obra de Camões ser ideologicamente ostentada como um exemplo de civilização e de revivescência para o país (João, 2002: 52-53).

A quinta secção do livro de António Cravo, intitulada *3º centenário da Morte de Camões*, é precisamente dedicada a este acontecimento, onde o autor destaca o papel dos republicanos na sua organização, concluindo com as seguintes palavras, que merecem aqui particular destaque: “A Pátria é, na verdade, um conjunto de sentimentos derivados do lado afetivo da nossa alma que se concentram na Saudade que todos conhecemos bem e sobretudo quando vivemos numas das Comunidades Portuguesas no Mundo.” (Cravo, 1998: 27).

A sexta secção, intitulada *O Dia de Camões é também o Dia das Comunidades Portuguesas* é dedicada à celebração do dia 10 de Junho, no período que vai da instauração da República ao 25 de Abril de 1974. No livro, contudo, são omitidos alguns pormenores sobre a história desta celebração que parece oportuno aqui mencionar.

Como demonstra o estudo de Maria Isabel João (2002), depois das celebrações de 1880, o dia 10 de Junho tornou-se feriado municipal da cidade de Lisboa em 1911, isto é, logo após a implantação da República, a 5 de Outubro de 1910 (João, 2002: 131). Com a abolição dos dias santos (no caso de Lisboa, Santo António celebrado no dia 13 de junho) e a consequente laicização do calendário promovida pelos republicanos, este

dia começou a ser celebrado no âmbito das Festas da Cidade, que decorriam de 9 a 15 de junho, “[...] num misto de festa cívica e arraial popular.” (João, 2002: 128; Andrade e Torgal, 2012: 79-80). Em 1924, por ocasião do quarto centenário do nascimento do poeta, o dia foi proclamado “dia da Raça” (João, 2002: 131; Andrade, 2001: 74), facto que o autor do texto em análise refere, acrescentando que esta nomenclatura remonta a uma época anterior à do Estado Novo (Cravo, 1998: 30-31).⁶ No ano seguinte, a celebração foi decretada “Festa Nacional” (João, 2002: 132). O golpe de Estado de 1926, bem como o subsequente estabelecimento da ditadura, mantiveram as celebrações sob a designação geral de “Festa de Portugal”, sendo reconhecido como Feriado Nacional pelos decretos de 1929 e de 1952 (João, 2002: 133).

António Cravo passa sucessivamente a falar do uso da imagem de Camões no Estado Novo. Foi durante os anos da ditadura que o dia 10 de Junho foi decretado feriado nacional, dando continuidade à tradição instituída na Primeira República. A imagem de Camões foi adotada e enaltecida muito para além da celebração do dia da sua morte pela ideologia do regime ditatorial para a promoção de um “nacionalismo sólido” do ponto de vista político, social e económico, aspeto este que o autor refere (Cravo, 1998: 31), mencionando também a utilização de Camões como “[...] símbolo máximo do nacionalismo salazarista.” (Cravo, 1998: 30). A partir de 1963, com o início das guerras coloniais, o dia 10 de Junho passou a homenagear as Forças Armadas Portuguesas, com ações de condecoração públicas aos militares (João, 2002: 138). Esta informação também é referida no livro de António Cravo (1998: 30).

Na sétima e última secção, intitulada *No Camões Emigrante Nasceu o Dia das Comunidades Portuguesas*, o autor fala da reabilitação do 10 de Junho a partir das comemorações de 1977. A edição deste livro, publicado no mesmo ano da Exposição Internacional de Lisboa – acontecimento, de resto, não ignorado pelo autor, inclusive encerrando o livro (Cravo, 1998: 36) – além de informações históricas bastante detalhadas, proporciona outra leitura e requalificação do feriado, que é possível condensar nesta afirmação:

⁶ Em 1922 Afonso Lopes Vieira na revista “A Nação Portuguesa” esperava que também Portugal, como em Espanha acontecera no dia 12 de outubro do ano anterior (o que virá a ser o atual Columbus Day), começasse a comemorar a “Festa da Raça”. Esta festa iniciou a ser celebrada em Portugal a 3 de junho de 1924, aconteceu durante uma semana, acabando no dia 10 de Junho.

[...] se Camões resume em si uma Poesia inteira e é reconhecida a sua universalidade tanto pelos portugueses como por estrangeiros, como demonstrámos, ao longo destas páginas, nada pode sintetizar tão perfeita e completamente o cerne da Pátria e nenhum traço da união se apresenta tão perfeito entre os Portugueses como o são *Os Lusíadas* que é o imortal canto das Glórias de que se orgulha Portugal não só o de hoje como o do passado. Por isso os governantes de 1977, retomaram a consciência nacional e voltaram a atribuir ao Dia de Camões também o dia de Portugal. É um caso único que se conhece, o dia Nacional ser o dia de um Poeta, porque na sua Poesia também encerra o símbolo da Pátria. (Cravo, 1998: 34)

Considerações à margem: entre a emigração e a diáspora

Nos dois textos analisados parece emergir que nesta celebração “reciclada”, depois do 25 de Abril (Andrade e Torgal, 2012: 132), a imagem de Portugal permanece como a de um país em viagem que reencontra a sua representatividade territorial nas comunidades portuguesas de que Camões – além de poeta, agora também emigrante – é o maior representante. Como é patente no discurso de Ramalho Eanes, as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo substituem de uma forma diferente a territorialidade do império recém perdido, encontrando assim a confirmação da vocação universalista do país. Por outro lado, no livro de António Cravo o perfil de Camões e a universalidade da sua obra encontram uma correspondência com o contexto da emigração portuguesa no passado, mas também no momento presente em que o autor escreveu o seu texto.

À luz da leitura que aqui se propõe, é possível considerar que as narrativas contidas nos textos analisados podem obscurecer muitos outros aspetos relativos à emigração portuguesa passada, presente e futura. Por outras palavras, analisar estes dois discursos hoje não pode deixar de ter em consideração o facto de que os repertórios narrativos de cada comunidade se geram através de processos de negociação em que permanecem, inevitavelmente, zonas de sombra. Entendem-se, portanto, as nações como *Comunidades Imaginadas*, na aceção de Benedict Anderson (1983), assim como se interpretam criticamente os repertórios narrativos produzidos ao longo do tempo sobre estas mesmas entidades (Hall, 1999).

Por conseguinte, certas representações da emigração, consubstanciadas na imagem das comunidades portuguesas, ganham corpo nos discursos proferidos na celebração deste dia, constituindo uma entre múltiplas possibilidades existentes.

Neste âmbito, o pensamento teórico do conceito de diáspora pode abrir o campo de interpretação do contexto migratório português, as suas codificações e representações. Conceito que, até os anos 1990, tinha sido principalmente usado com referência à história judaica, com o estudo de Paul Gilroy sobre a diáspora negra intitulado *Black Atlantic* (1993) e, posteriormente, com o livro de Robin Cohen, *Global Diaspora. An Introduction* (1997), a noção de diáspora começa a ser alargada às histórias de outras comunidades em deslocação. A condição diaspórica, segundo Robin Cohen, caracteriza muitas culturas (1997: 1-31), isto é, todos os grupos humanos que vivem fora da própria terra natal, real ou imaginária e que com esta ainda mantêm uma ou mais formas de contacto.

Continuando, é interessante referir que a reflexão sobre este conceito contida no livro de James Clifford *Routes: Travel and Translation in the Late 20th Century*, vai muito além do conceito de “culturas em viagem” deste mesmo autor (1997: 3), que considera as deslocações como elementos constitutivos das culturas. A diáspora, segundo o antropólogo, tem sido objeto de uma reformulação que não é exclusiva do contexto judaico, abrangendo uma significação de larga escala que, mesmo por causa disso, seria preciso interrogar (Clifford, 1997: 245). Entre as sugestões propostas por James Clifford, as diásporas constituem uma peculiar forma de viagem e são identificáveis a partir do momento em que se definem em contraposição com as normas dos Estados-nação e dos outros povos (Clifford, 1997: 250-251).

Em suma, quer os estudos de Robin Cohen, quer os de James Clifford aqui referidos, amplificaram o campo semântico do conceito de diáspora, atribuindo-lhe uma natureza transnacional amplamente diversificada. Nesse sentido, o conceito trespassa o seu significado tradicional, necessitando de uma redefinição na qual será possível inserir também histórias migratórias que se mantêm ao longo dos séculos e que, se numa perspetiva de longa duração são homogéneas, também adquirem características diferentes com o passar do tempo.

Este propósito encontra-se no número 2 da revista *Diaspora* (2002), dedicado ao caso português, que destaca a exigência de estudar os vários circuitos migratórios

transnacionais partindo do princípio que estes se geram e dão vida a situações amplamente complexas e dificilmente encaixáveis numa narrativa única. Escrevem Andea Klimt e Stephen Lubkemann, na referida revista:

Rather than trying to formulate and apply a uniform and objectively defined set of criteria that established wither the millions of people of Portuguese descent around the globe constitute a bona fide diaspora, we want to examine how conceptualizing diaspora as a particular type of identity discourse opens up new avenues of analysis. Just as nations... must be imagined (Anderson); traditions, invented (Hobsbawm and Ranger) and notions of home, discursively constructed (Rapport and Dawson); so too, we argue, “diaspora is a particular way of imagining, inventing, constructing, and presenting the self.” (Klimt e Lubekemann, 2002: 2)

Aqui, em analogia com os dois textos em análise neste trabalho, a diáspora portuguesa é reconhecida como um elemento determinante para a definição da identidade. A diferença talvez esteja na complexificação da visão desta projeção dos portugueses no mundo em “comunidades”, porque no caso da revista *Diaspora* parece haver uma evidente dissociação com o Estado-nação, mas não com uma ideia de nação emigrante e diaspórica. Consequentemente, as comunidades portuguesas serão, por sua vez, definidoras de novas identidades, encontrando possivelmente as suas raízes numa seleção de símbolos do país de partida, bem como em outros elementos de identificação.

Os estudos históricos e sociológicos sobre a emigração portuguesa (Serrão, 1967; Godinho, 1978; Rocha-Trindade, 1995; Pereira, 2002; entre outros) tentam definir uma data de início das diferentes migrações que caracterizaram a História e a diversificação dos fluxos. Embora seja possível afirmar que a emigração portuguesa começou no período dos Descobrimentos com a política de territorialização e ocupação das terras conquistadas e colonizadas, é possível encontrar, ao longo dos séculos, diferentes modelos de emigração e um considerável acréscimo das migrações a partir de meados de 1800, fruto de uma mudança estrutural dos fluxos, determinados a nível global pelas “[...] distorções do capitalismo dependente” (Pereira, 2002: 11).

Eduardo Lourenço, por exemplo, chega a considerar a emigração de Camões uma emigração simbólica e descreve este primeiro período de “emigração” como um

momento de expansão, conquista e descoberta, enquanto fenómeno imperialista, religioso e cultural (Lourenço, 2013a: 123).

A principal corrente da emigração portuguesa foi o Brasil a partir da segunda metade de 1800 e insere-se, num primeiro momento, no contexto de um fluxo migratório em grande escala da Europa para a América, com a passagem do trabalho escravo ao trabalho livre e assalariado. A emigração portuguesa continuou durante todo o século XIX e no século sucessivo, tendo como cenário um contexto mundial no qual as populações mais carenciadas escolhiam a via da emigração por causa da insuficiência de meios de subsistência no país de origem. Além do Brasil, outras principais correntes foram para os Estados Unidos, Canadá, Venezuela e África do Sul, entre muitos outros países. A partir das décadas de 60 e 70 do século passado observa-se uma viragem histórica que elege como principais destinos os países europeus, França e Alemanha em particular, em reconstrução depois da Segunda Guerra Mundial. Hoje, Portugal é também um país de imigração, mas a emigração portuguesa não terminou, nem depois de 1974, nem com a entrada de Portugal na União Europeia, podendo-se considerar a presença de um regime migratório misto (Peixoto, 2004), isto é, de imigração e de emigração, como estudos recentes sobre esta matéria revelam (Góis e Marques, 2014: 55-71).

Consequentemente, é possível falar da existência de diferentes modelos de emigração ao longo da História, situados em tempos e espaços díspares e por isso dificilmente redutíveis a uma história ou a uma narrativa única, mas que é possível incluir dentro de um contexto diaspórico mais abrangente e diversificado.

Tendo em conta a fragmentação dos espaços criados pela experiência migratória portuguesa e das correntes mais contemporâneas que complexificam a possibilidade de a mapear, a representação da emigração que transparece nos casos dos textos estudados demonstra como, através da construção de grandes narrativas, se excluem muitos outros aspetos fundamentais para uma visão mais heterogénea da História, e do presente, acerca de um fenómeno inegavelmente persistente, uma “característica estrutural” da sociedade portuguesa, usando a definição pioneira de Vitorino Magalhães Godinho (1978).

Ao mesmo tempo, porém, será preciso ressaltar que a emigração portuguesa num contexto pós-colonial e europeu, não pode ser considerada apenas como uma

característica estrutural, exigindo uma análise detalhada que tome em conta a sua diversidade ao longo dos séculos, como exemplificam as palavras do historiador Robert Rowland: “A importância da emigração na história de Portugal nos últimos séculos é tão evidente que tentar defini-la como um traço estrutural da sociedade portuguesa seria repetir um lugar comum historiográfico.” (1998: 321).

Comemorar Camões para o libertar da imagem ideológica e nacionalista a que tinha sido associado durante o Estado Novo foi um dos grandes objetivos das celebrações de 1977, numa missão inaugurada pelos discursos de Vergílio Ferreira e Jorge de Sena antes referidos. Contudo, afirma Eduardo Lourenço, apesar das boas intenções, as tentativas de reabilitação do vate português naquele contexto, não propuseram senão uma outra apropriação ideológica da sua imagem literária. Desta vez, explicava o ensaísta, tratava-se de integrar o épico de Camões “[...] numa espécie de epopeia subjacente e mais alta que a epopeia real celebrada, com sublimidade e encarecente hipérbole, no poema nacional por excelência: o da emigração, o da diáspora de corpo e alma, com a sua sombra de fatídico e duro exílio.” (Lourenço, 2013a: 122).

O prolongamento desta imagem específica da colocação do país no mundo através da vida e da obra do vate parece inegável no livro de António Cravo, bem como no discurso de Ramalho Eanes. Não obstante, a antiga e a moderna emigração portuguesa, afirma o filósofo, são contrárias. Até que ponto, portanto, a aventura histórica expansionista portuguesa, a que foi “[...] expansão, conquista e descoberta [...] um fenómeno imperialista, ao mesmo tempo religioso e cultural, de absoluta boa consciência [...]” e de que Camões foi cantor, pode ser comparada com a “[...] emigração dolorosa que há dúzia de anos converteu a população mais pobre [...] nos *soutiers de L’Europe?*” (Lourenço, 2013a: 124).

Aventura de pobre [...] é sempre a dos que buscam em longes terras o que em casa lhe falta. Contudo não se ganha nada, a não ser contribuir para novos mitos, pouco inocentes, tanto sob o plano cultural como político, em unir e assimilar o que a história separou e continua separado. (Lourenço, 2013a: 123, 124)

A emigração a que aqui se refere Eduardo Lourenço foi a de mais de 1 milhão e meio de portugueses durante as décadas de 60 e 70 do século XX principalmente para

França. Um movimento migratório que, de certa forma, ainda hoje marca o imaginário da emigração em Portugal, não se tendo esta extinguido na contemporaneidade, mas sim modificado, como comprovam estudos recentes (Góis e Marques, 2014: 55-71). Trata-se, portanto, de um fenómeno complexo, estruturante e persistente, não podendo servir de pretexto a fantasmas coletivos, mas exigindo ser estudado tendo em conta o seu passado e a sua continuidade até os nossos dias.

Dois textos e uma pergunta

A associação Camões-Emigrante e a imagem de um Portugal em expansão, antes através do império, e depois graças à projeção territorial das comunidades portuguesas que são celebradas no dia 10 de Junho, são patentes nos textos aqui analisados. Começando pela identificação de uma proposta de universalismo internacionalista e continuando com o reconhecimento de reformulações da ideia de um império perdido e recuperável através de uma presença que se poderia definir como diaspórica, será possível, finalmente, questionar também o uso desse último termo.

“Intelectuais no exílio”⁷, como Eduardo Lourenço e Jorge de Sena (Sena, 2011: 148) já tinham chamado atenção para o intrincado emprego do termo diáspora em relação ao contexto português. Atente-se, por exemplo, a esta afirmação de Eduardo Lourenço:

[...] nunca houve nem há diáspora nenhuma que toque os portugueses. [...] A nossa dispersão ao longo dos séculos e em particular o êxodo contemporâneo são de nossa exclusiva responsabilidade, determinadas pela pressão secular de uma indigência pátria a compensar, ou por uma vontade bandeirante de aceder à custa de outros a melhor vida. Tudo o resto é fábula. A única diáspora da nossa história foi aquela que por pressão da catolicíssima Espanha impusemos em tempos aos nossos judeus [...] (Lourenço, 2013b: 20)

Os dois textos analisados neste trabalho servem como (pre)textos exemplificativos, aqui analisados e interpretados no presente e tendo em conta o contexto em que foram escritos. Produzidos em temporalidades diferentes e por personalidades

⁷ A expressão é retirada de Adorno, 2001: 10.

distintas, refletem uma miríade de narrativas existentes e possíveis sobre este feriado nacional e o seu significado. A ideia de um universalismo internacionalista aplicável às comunidades portuguesas e uma nova imagem de Portugal no mundo, como defendia Ramalho Eanes. A celebração da figura de Camões como maior símbolo da pátria e das deslocações das pessoas que dela fazem parte, no livro de António Cravo.

Parece, todavia, indispensável lançar a interrogação que Eduardo Lourenço referia no ensaio de 1977: será conveniente associar os fluxos migratórios começados no século XIX e que chegaram a níveis muito elevados durante as décadas de 60 e 70 do século passado, com a figura de Camões e, num plano mais geral, com experiência imperial portuguesa começada na primeira modernidade? (Lourenço, 2013a: 119).

O filósofo comentava amargamente a comemoração do 10 de Junho de 1977, iniciando com uma dura crítica ao imediatismo político exibido durante esta celebração: o dia 10 de Junho, durante o Estado Novo celebrado como dia de Camões e da Raça, voltava a ser festejado sob a designação de dia de Camões e, pela primeira vez, das comunidades portuguesas: “[...] Convém talvez meditar mais em detalhe naquilo que a espectacular celebração do Portugal emigrante representou e de que é penhor futurante [...]” (Lourenço, 2013a: 119).

Segundo o historiador Victor Pereira, os portugueses no estrangeiro continuam, na sociedade portuguesa atual, a ser representados com um cunho “luso-tropicalista”. Isto é, eles são o elemento chave que permite prolongar a imagem e a “miragem” do império, idealizando assim “[...] a vocação universal do país” (Pereira, 2015: 27).

A emigração portuguesa é um fenómeno que, se pensado desde uma perspetiva histórica ampla, pode vir a construir grandes narrativas não totalmente partilháveis. É o que talvez aconteça nas celebrações do dia 10 de Junho, onde as comunidades portuguesas são celebradas junto com o Estado-nação e a Luís de Camões, considerado como o emigrante por excelência e podendo isto sugerir, como questionava Eduardo Lourenço, uma substituição da imagem do português-colonizador para a imagem do português-emigrante, “[...] sua versão moderna e aceitável” (Lourenço, 2013a: 119).

À complexa interrogação explicitada por Eduardo Lourenço em 1977, seria ainda necessário dar respostas na contemporaneidade, procurando uma nova definição de uma noção de diáspora aplicável ao contexto português, que o filósofo talvez

rejeitasse porque ideologicamente associada a uma ideia de dispersão universalista da qual não se reconheciam disparidades e motivações.

Referências Bibliográficas

- Adorno, Theodor (2001), *Minima Moralia*. Lisboa: Ed. 70 [tradução de Artur Morão].
- Anderson, Benedict (1983), *Imagined Communities*. New York: Verso.
- Andrade, Luís Miguel de Oliveira (2001), *História e Memória: a Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações de 1940*. Coimbra: Minerva Editora.
- ; Torgal, Luís Reis (2012), *Feriados em Portugal: Tempos de Memória e de Sociabilidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Clifford, James (1997), *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. MA & London: Harvard University Press.
- Cohen, Robin (1997), *Global Diaspora. An Introduction*. London & New York: Routledge.
- Cravo, António (1998), *O 10 de Junho. Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas*. Paris: Edition Lusophone.
- Eanes, Ramalho (1977), “Discurso de Ramalho Eanes”, *Jornal de Notícias*, Lisboa, 12 de junho: 4-5.
- Ferreira, Virgílio; et al. (1983), *Camões e a Identidade Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1978), “L’émigration portugaise (XVe.- XXe. Siècles) – Une constante structurelle et les réponses au changement du monde”, *Revista de História Económica e Social*, 5-32.
- Hall, Stuart (1999), “Un-Settling ‘the Heritage’, Re-Imagining the Post-Nation. Whose Heritage?”, *Third Text*, 13: 49, 3-13.
- João, Maria Isabel (2002), *Memória e império: comemorações em Portugal: 1880-1960*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Klimt, Andrea; Lubkemann, Stephen (org.) (2002), *Diaspora – A Journal of Transnational Studies*. 11(2), Toronto: University Press.
- Lourenço, Eduardo (2013a), “A Emigração como Mito e os Mitos da Emigração”, in Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Gradiva, 118-126.
- (2013b), *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa: Gradiva.
- Marques, José Carlos; Góis, Pedro (2014), “A Emigração Portuguesa Contemporânea e o Estado: uma Nação Dispersa, um Estado Longínquo”, *População e Sociedade*. CEPESE. Porto: Afrontamento, 55-71.
- Peixoto, João (2004), “País de Emigração ou País de Imigração? Mudança e Continuidade no Regime Migratório em Portugal”, *SOCIUS – Working Papers*, Centro de Investigação em Sociologia Económica das Organizações, Universidade Técnica de Lisboa.
- Pereira, Miriam Halpern (2002), *A Política Portuguesa de Emigração*. S. Paulo: EDUSC.

- Pereira, Victor (2015), “«Portugalidade» para Exportação? Emigração e «Comunidades Portuguesas»”,
in Bruno Monteiro; Nuno Domingos (org.), *Este País não Existe*. Lisboa: Deriva, 23-32.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1995), *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Rowland, Robert (1998), “Velhos e Novos Brasis”, *in* Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri (dir.),
História da Expansão Portuguesa. vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores: 304-373.
- Santos, Vanda (2004), *O Discurso Oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e sobre a
Imigração dos Anos 90 à Actualidade*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Sena, Jorge de (2011), *América, América*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Serrão, Joel (1967), *Emigração Portuguesa: Sondagem Histórica*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Vieira, Afonso Lopes (1922), “Palavras em Louvor da Festa da Raça”, *Nação Portuguesa. Rev. de Cultura
Nacionalista*, ed J. Fernandes J., n.º 4, outubro: 145-6.